#305

ABDE EDITORIAL

Rumos

Economia & Desenvolvimento

MAIO/JUNHO 2019

MANTER O EQUILÍBRIO

Em cenário de crise econômica e avanço das tecnologias, o mercado informal cresce e gera novos arranjos produtivos na busca pela sobrevivência de cada trabalhador.

ENTREVISTA

Perpétuo Cajazeiras, eleito presidente da ABDE, destaca o papel do SNF para o crescimento do país.

REPORTAGEM

Presidentes das instituições de fomento do Sudeste apresentam seus planos de governo.

ENTREVISTA

Presidente do Bancoob, Marco Aurélio Almada aborda a inovação no mercado financeiro.

#AQUITEMSEBRAE
VINÍCIUS AGUIAR
Bossa
Cliente Sebrae

AQUI TEM
SEBRAE
54,5% DOS EMPREGOS FORMAIS NO BRASIL.
AQUI TEM PEQUENO NEGÓCIO.
Se você é empreendedor, pode contar por aí que é responsável por 54,5% dos empregos formais do nosso país. Pode contar que representa 98,5% das empresas nacionais e que já ofereceu a mais de 750 mil jovens a oportunidade do primeiro emprego. Pode contar com o Sebrae para deixar o seu dia a dia mais simples, ampliar o seu negócio, gerar novos empregos e oferecer qualificação e apoio especializado.
SEBRAE

SUMÁRIO

Rumos
MAIO/JUNHO 2019
#305

AO LEITOR

Já nos filosofava Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*: "O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho". Mas, a pergunta que fica é, quem produziu a divisão do trabalho? Diante das mudanças pelas quais passam os meios de comunicação, parece claro que o mercado de trabalho não ficaria de fora do impacto transformador das novas tecnologias, que, somadas à crise econômica brasileira, dão a frase de Adam Smith um caráter inquietante. É o que observamos na reportagem de capa sobre o mercado de trabalho informal, crescente no Brasil e que ganha novos contornos com a disseminação dos aplicativos de entregas.

Tecnologia também é ponto de reflexão da entrevista com o presidente do Banco Cooperativo do Brasil. A crise e a agenda econômica aparecem nos artigos do ex-ministro Delfim Netto e do economista Fernando Ferrari Filho.

E se não é possível conter as ações disruptivas que ditam novos ritmos à economia, os caminhos para se seguir adiante estão apontados na entrevista com o presidente da ABDE, Perpétuo Cajazeiras, e na apresentação dos novos presidentes da instituições financeiras de desenvolvimento do Sudeste, que mostram bancos de desenvolvimento e agências de fomento prontas para apoiar o desenvolvimento sustentável de suas regiões.

Leituras relevantes para um tempo distante do de Adam Smith, mas com questões não plenamente resolvidas como a relação entre: preço, trabalho e remuneração. Boa leitura!

Thais Sena Schettino
Editora

NESTA EDIÇÃO

5 **ARTIGO – EMPREENDER**
Carlos Melles
Sebrae que o Brasil precisa

6 **ENTREVISTA** | *Perpétuo Socorro Cajazeiras*
Sistema Nacional de Fomento: ação e informação

8 **REPORTAGEM**
Sudeste: foco no desenvolvimento

16 **OPINIÃO** | *Antonio Delfim Netto*
Não obstante, se mexe

17 **ARTIGO**
Fernando Ferrari Filho
As possíveis consequências da atual agenda econômica

30 **SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO**

32 **LIVROS**

DESTAQUES

Bancoob/Divulgação

14
ENTREVISTA | *Marco Aurélio Almada*
Negócios do futuro

Noel Joaquim Faiad

18
CAPA | *Reportagem*
Desafios do trabalhador

Noel Joaquim Faiad

28
ENSAIO FOTOGRÁFICO
Retratos da realidade

Sebrae que o país precisa

A trajetória dos pequenos negócios no Brasil se confunde com a própria história do país. Desde os primeiros anos da colônia, no entorno das fazendas açucareiras, vilas e povoados, surgiu uma grande variedade de pequenos negociantes que ofereciam toda gama de serviços e produtos voltados ao mercado local ou em suporte à atividade exportadora. Ao longo dos séculos, a importância dos pequenos negócios para a economia brasileira foi se tornando cada vez mais clara e inquestionável. Todavia, faltava – por parte do poder público – o reconhecimento desse papel.

Foi somente em 2006 (mais de cinco séculos depois do descobrimento), com a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que o Estado brasileiro finalmente iria regulamentar um tratamento simplificado e diferenciado a esse segmento. A Lei – conhecida também como Estatuto da Micro e Pequena Empresa – surgiu com o objetivo de promover o desenvolvimento e a competitividade dos pequenos negócios, como instrumento de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

Desde então, vivemos um novo tempo para esse grupo muito especial de brasileiros. São milhões de pequenos empreendedores que fizeram – e fazem – da coragem, da perseverança e do otimismo o combustível para impulsionar suas atividades. A Lei Geral representou o reconhecimento da importância desse segmento que congrega mais de 98% de todas as empresas do país, quase 60% dos empregos e 27% do Produto Interno Bruto.

Ao longo das últimas cinco décadas, o Sebrae tem sido um aliado estratégico dos empreendedores brasileiros. Temos trabalhado junto a diversos parceiros pela redução da burocracia e da carga tributária, pela expansão do acesso a crédito, entre outras importantes iniciativas que têm como objetivo principal a melhoria do ambiente de negócios. Entretanto, as profundas transformações pelas quais a economia vem passando – tanto em nível local como global – exigem ainda mais de nós.

Assim, a instituição está sendo convidada a investir a sua credibilidade, capacidade de penetração e articulação em favor da agenda do atual governo, em busca da dinamização da economia brasileira. Nesse sentido, estamos empenhados em responder à pergunta: que Sebrae o país precisa? Por meio de debates internos que envolvem todo o sistema Sebrae, estamos provocando uma profunda reflexão para identificar as reais demandas do empreendedor brasileiro e compreendermos de que modo podemos contribuir para a melhoria desse cenário.

O desafio fundamental do país, neste momento, é fomentar iniciativas que contemplem o aumento da produtividade, lucratividade e competitividade dos pequenos negócios. Uma série de princípios e posicionamentos está sendo elaborada, de forma a lapidar a cultura organizacional e capacitar as lideranças para realizar as mudanças necessárias, trazendo um novo Sebrae para um novo Brasil. O reposicionamento da instituição busca discutir e planejar os caminhos para a construção de soluções que façam com que o Sebrae esteja preparado para melhor atender às mais diferentes demandas e necessidades. Nosso compromisso é construir o Sebrae que o Brasil precisa – forte, integrado, em rede, em um momento em que os pequenos negócios precisam ser mais produtivos e mais competitivos para ajudar o país a superar a crise econômica que atravessamos.

Charles Damasceno

CARLOS MELLES

Presidente do Sebrae.

BNB/Divulgação

Sistema Nacional de Fomento: ação e informação

Em maio, as 30 instituições da ABDE elegeram uma nova diretoria para o mandato 2019-2021. Na presidência da Associação está o diretor de Planejamento do Banco do Nordeste, Perpétuo Socorro Cajazeiras, que, ao longo de 31 anos de carreira no banco de desenvolvimento, conhece bem a importância das Instituições Financeiras de Desenvolvimento para a retomada do crescimento sustentável brasileiro. POR **THAIS SENA, COM APOIO DA ESTAGIÁRIA JOYCE PONTEIRO**

Rumos – A Associação completa 50 anos em 2019, quais serão os principais objetivos nessa nova fase?
Perpétuo Socorro Cajazeira – A ABDE, em conjunto com as Instituições Financeiras de Desenvolvimento, trabalha em prol do crescimento econômico do país. Durante esse período, continuaremos com esse compromisso de formar uma forte e atuante rede federativa de fomento. Nosso foco será a busca por maior eficiência e produtividade, sobretudo, por meio de estímulo às instituições associadas no processo de inovação tecnológica dos produtos e serviços voltados ao desenvolvimento.

Rumos – Como a inovação tecnológica auxilia as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) a promoverem o desenvolvimento econômico?
Cajazeiras – A inovação em produtos e processos permite, em qualquer negócio, a alavancagem dos resultados, com a redução de custos, aumento da base de clientes, elevação das margens de lucros etc.

Quando falamos do segmento financeiro, a chegada e o avanço das *fintechs* faz com que tenhamos a necessidade de adotar novas tecnologias para ganharmos espaço no campo concorrencial. Além disso, a inovação possibilita atuar no desenvolvimento econômico de forma ainda mais efetiva, ágil e assertiva no atendimento à sociedade brasileira.

Rumos – Qual será a estratégia de atuação da ABDE no período de 2019-2021?
Cajazeiras – Nos próximos anos vamos aprimorar e ampliar as nossas parcerias com entidades governamentais e organismos multilaterais, promover a maior integração entre os associados e rever nossos processos e estratégia, sempre com base nos pilares da modernidade e criatividade. Nessa nova fase, todas as ações serão pautadas em transparência e na gestão financeira sustentável.

Os pequenos negócios estão perto da casa ou do trabalho de todos nós. Eles promovem a circulação de pessoas e dinheiro nos bairros.

Rumos – Como o Sistema Nacional de Fomento (SNF) atua no desenvolvimento regional?
Cajazeiras – O Sistema Nacional de Fomento possui conhecimento das diferenças socioeconômicas existentes no Brasil e tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais e inter-regionais. As IFDs que compõem o sistema atuam conforme as necessidades de cada local, buscando atender às necessidades espaciais específicas, de maneira que consegue prestar assistência em grandes centros econômicos e também nas regiões mais longínquas.

Rumos – Como as associadas podem potencializar a ação da ABDE no fortalecimento do SNF nessa gestão?
Cajazeiras – Nossa missão é tornarmos a ABDE ainda mais atuante, afinada e representativa do SNF; para isso é imprescindível que as informações dos nossos associados cheguem de forma mais frequente. Por isso, espero que tenhamos o apoio das IFDs para conseguirmos catalisar essa rede de informação, que só tem como finalidade enriquecer o papel das entidades associativas.

Thais Sena Schettino

Assembleia Geral da ABDE realizada no dia 30 de maio, no Rio de Janeiro, na qual a nova diretoria foi eleita para o mandato 2019-2021.

Corpo diretivo biênio 2019-21

Presidente
Perpétuo Socorro Cazajeiras (BNB)

1º Vice-Presidente
Sergio Gusmão Suchodolski (BDMG)

2º Vice-Presidente
Ênio Mathias Ferreira (BB)

Diretores
Heraldo Alves das Neves (Fomento Paraná)
Jeanette Halmenschlager Lontra (Badesul)
Luiz Corrêa Noronha (BRDE)
Paulo de Oliveira Costa (Desenbahia)
Roberto Marucco (BNDES)
Rubens Rodrigo Filho (Bancoob)
Valdecir Tose (Banco da Amazônia)

Sudeste: foco no desenvolvimento

Atentos aos movimentos da economia nacional, mas comprometidos com as necessidades e potencialidades da região e do estado onde atuam, os novos presidentes das instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) do Sudeste, que assumiram cargos no primeiro semestre de 2019, já iniciaram o trabalho para fortalecer e diversificar carteiras de clientes e remodelar produtos e serviços para alavancar projetos de inovação e sustentabilidade. Públicos já amplamente atendidos, como microempreendedores, agronegócios e indústrias, continuam no radar dos bancos e agências de fomento, e novas frentes, inclusive no setor público e em ramos como turismo e startups, deverão receber incentivos nos próximos anos para promover o desenvolvimento econômico e social no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, em Minas Gerais e em São Paulo. Conheça as iniciativas dos presidentes de Alexandre Rodrigues, da Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio); Maurício Cézar Duque, do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes); Sergio Gusmão Suchodolski, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e Nelson Antônio de Souza, da Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP). POR **SARAH BARROS**

Divulgação

> As micro e pequenas empresas apresentam grande capacidade de geração de empregos, principalmente em municípios do interior, mas encontram dificuldades na obtenção de crédito no mercado privado.
>
> Alexandre Rodrigues, presidente AgeRio

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMO SOLUÇÃO

O primeiro a assumir o comando de uma instituição pública de fomento na região Sudeste em 2019, Alexandre Rodrigues chegou à Agência Estadual de Fomento (AgeRio) em fevereiro para liderar, principalmente, projetos voltados para micro e pequenas empresas, aproveitando os potenciais setoriais e regionais do estado do Rio de Janeiro. "As micro e pequenas empresas apresentam grande capacidade de geração de empregos, principalmente em municípios do interior, mas encontram dificuldades na obtenção de crédito no mercado privado", afirma.

Nesse segmento, a AgeRio já contabiliza resultados expressivos nos primeiros cinco meses do ano, quando 124 operações se efetivaram, com a contratação de R$ 28 milhões em créditos. Entre janeiro e abril de 2018, 19 firmaram contratos, culminando em R$ 18 milhões em crédito contratado. A nova gestão da AgeRio também retomou as operações de microcrédito, modalidade que recentemente precisou ser reestruturada devido ao impacto da crise econômica enfrentada pelo estado. Com a captação de clientes por meio de parcerias com prefeituras fluminenses, as operações nesse setor aumentaram 30% no primeiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, principalmente nos municípios do interior.

Outra aposta é o estímulo a setores da economia em que o estado do Rio de Janeiro já tem tradição. No ramo das atividades turísticas, a agência prevê crescimento em hospedagem, em hotéis e em pousadas, bem como a visitação, a criação e o aproveitamento de atrações e de pontos turísticos. Também entram neste rol o potencial de investimentos na gastronomia, com o incentivo à criação de bares e restaurantes, de complexos gastronômicos e eventos ligados a este setor. Já na área de sustentabilidade ambiental, outra vocação do Rio de Janeiro, a AgeRio aprovou a simplificação das operações de financiamento destinados à ecoeficiência e disponibiliza linhas com taxas de juros a partir de 0,73% ao mês para iniciativas que promovam a redução de impactos ambientais e que incluam a sustentabilidade em seus processos. »

CAMINHO PARA DIVERSIFICAR

Empossado em 15 de abril, Maurício Cézar Duque assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) com a missão de diversificar a carteira de investimentos da instituição e promover o desenvolvimento regional de maneira equânime. "Temos uma Política de Desenvolvimento Regional, que aponta o Bandes como um instrumento para apoiar, além do crescimento econômico por meio do crédito, a distribuição desse crescimento para as diversas regiões do estado com equidade", explica.

Atualmente, o setor rural e o apoio às micro e pequenas empresas são os principais clientes do banco. Os esforços, então, são para prover terreno fértil para o crescimento das médias e grandes empresas e impulsionar melhorias no setor público. Quanto à indústria capixaba, o banco tem discutido internamente estratégias para promover investimentos e dialogado com instituições como a Federação das Indústrias e demais entidades representativas para moldar linhas de crédito e outros produtos e serviços financeiros que atendam às expectativas do segmento.

Já com o setor público, o Bandes retoma, após cinco anos, o trabalho com prefeituras para financiar obras e modernizar o atendimento ao cidadão, incluindo projetos de tecnologia da informação e infraestrutura. Por meio do Programa Bandes de Investimento nos Municípios do Espírito Santo (Procidades), o montante de aproximadamente R$ 200 milhões deve ser destinado para os 78 municípios capixabas até 2022.

Lançado em maio deste ano, o portal Parcerias ES também dá acesso aos interessados no Programa de Concessões e Parcerias do Espírito Santo, que, juntamente com a Secretaria de Estado de Fazenda, disponibiliza uma carteira de ofertas e de debate com o setor produtivo capixaba, brasileiro e até estrangeiro para aumentar as entregas à população em termos de obras e serviços públicos. "Todo esse trabalho se desenvolve na perspectiva de que 2019 é um ano de ajustes para uma posterior retomada do crescimento econômico", afirma Duque.

Divulgação

Temos uma Política de Desenvolvimento Regional, que aponta o Bandes como um instrumento para apoiar, além do crescimento econômico por meio do crédito, a distribuição desse crescimento para as diversas regiões do estado com equidade.

Maurício Cézar Duque, presidente do Bandes

Divulgação

> A economia sustentável será cada vez mais dominante e temos que estar sintonizados com essas transformações nas cadeias produtivas.
>
> Sergio Gusmão Suchodolski, presidente do BDMG e 1º vice-presidente da ABDE

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Estímulo a setores tradicionais e impulso à economia do futuro, no qual inovação e sustentabilidade andam lado a lado. Sobre esses pilares, o novo presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Sergio Gusmão Suchodolski, empossado em abril, planeja tornar as forças produtivas mineiras mais competitivas para participar da retomada do crescimento econômico. "Como instituição de fomento, temos de ser arrojados e criativos, mas com o pragmatismo que os tempos atuais exigem", afirma.

Além das linhas de crédito disponíveis para as empresas que queiram conciliar criatividade e geração de valor e do apoio da instituição a nove fundos de investimentos em participações e um fundo de *venture debt*, outro instrumento lançado pelo BDMG voltado para a inovação é o projeto Hubble, centro multissetorial de *fintechs*, desenvolvido em parceria com a LM Ventures e o Banco Olé, para incentivar projetos que utilizam tecnologia de forma intensiva e inovadora. "O BDMG quer interagir cada vez mais com o ecossistema de inovação mineiro, pois o potencial de criação de valor atravessa todas as cadeias produtivas", explica Suchodolski.

Para promover iniciativas ambientalmente sustentáveis, o executivo aponta crescentes oportunidades, especialmente em relação à captação de recursos internacionais, para o financiamento de projetos tanto no setor público, quanto no privado, para as mais diversas finalidades, como biocombustíveis e energias renováveis/eficiência energética. "A economia sustentável será cada vez mais dominante e temos que estar sintonizados com essas transformações nas cadeias produtivas", disse.

Sob forte impacto da crise econômica enfrentada pelos governos estaduais em todo o país, também as prefeituras mineiras poderão contar com o suporte do BDMG para alavancar projetos de infraestrutura que promovam a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida da população. Edital lançado em maio previu novas condições que se somam àquelas já atrativas das linhas de crédito disponibilizadas para os gestores municipais, como maior prazo de carência e a possibilidade de recomposição de caixa por meio de obras já realizadas ou em andamento até 12 meses antes da assinatura do contrato. »

CRÉDITO COM MAIS CAPILARIDADE

A percepção de que a economia nacional está em compasso de espera é compartilhada pelo novo presidente da Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP), Nelson Antônio de Souza, que assumiu o cargo em maio. "Nesse cenário, o desafio é continuar criando condições, por meio da oferta de crédito de longo prazo, para que as empresas de todos os setores invistam, principalmente, em capital fixo", afirma. Três principais vertentes foram eleitas pela nova gestão enquanto prioridade: microcrédito, inovação e infraestrutura pública.

"Ampliar a oferta de microcrédito é uma necessidade para fazer São Paulo crescer", aponta Souza ao citar a representatividade das microempresas para a economia do estado por gerar 52% dos empregos formais no setor privado paulista. Nesse segmento, a agência também busca parcerias estratégicas para aumentar a capilaridade do crédito e potencializar o atendimento regionalizado aos microempreendedores dos 645 municípios paulistas.

A inovação aparece como elemento para enfrentar tal desafio. "Investimentos constantes em tecnologia, inovação e pesquisa são obrigatórios aos empreendedores que desejam se manter competitivos no mercado", diz Souza. Para auxiliar os empresários na percepção das possibilidades de inovar em produtos, serviços e processos, a agência de fomento realiza, com associações comerciais e industriais e parques tecnológicos, palestras, *workshops* e atendimento individual para orientar os empreendedores sobre quais as melhores opções de crédito para cada tipo de empresa e projeto inovador.

A estratégia tem rendido frutos. No primeiro trimestre de 2019, os financiamentos para projetos inovadores cresceram 87% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R$ 17,6 milhões. O montante acumulado para inovação em todo o estado já ultrapassou R$ 204,8 milhões.

O setor público também está contemplado nos planos da instituição para os próximos anos. "Obras de iluminação pública, de infraestrutura viária, construção e recuperação de áreas de lazer e de esporte, entre outras, estão na nossa pauta para fortalecer a economia paulista", afirma o executivo. A agência de fomento está diretamente envolvida na execução do plano do governo local de criação de 11 polos de desenvolvimento econômico do estado, tanto para financiar o setor público quanto o privado, em especial a indústria.

Divulgação

Nesse cenário, o desafio é continuar criando condições, por meio da oferta de crédito de longo prazo, para que as empresas de todos os setores invistam, principalmente, em capital fixo.

Nelson Antônio de Souza,
presidente da Desenvolve SP

www.brde.com.br

BRDE.
Há 58 anos promovendo o desenvolvimento sustentável da Região Sul.

Desde 1961, o BRDE oferece linhas de crédito de longo prazo para pequenas, médias e grandes empresas, nos setores de agronegócio, infraestrutura, comércio e serviços, indústria, inovação, energia e outros. Já são 58 anos gerando emprego e renda, incentivando projetos inovadores, financiando iniciativas sustentáveis, fomentando o crescimento da economia no Sul do Brasil. Por tudo isso, quem tem planos para o futuro procura um banco diferente. Procura o BRDE.

BRDE.
O banco que liga você ao desenvolvimento.

Ouvidoria DDG 0800.600.1020

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BRDE
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Bancoob/Divulgação

Negócios do futuro

É preciso trabalhar o negócio no presente, mas planejá-lo também no futuro. Com essa máxima, o presidente do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), Marco Aurélio Almada, fala, nesta entrevista, sobre as experiências em inovação apresentadas na Conferência Internacional de Inovação no Cooperativismo Financeiro (Cri8). O evento, apoiado pelo banco, reuniu 750 pessoas em Maringá, no Paraná, e trouxe ao Brasil dirigentes cooperativistas e especialistas em inovação, empreendedorismo e mercado financeiro, que são referência no cenário nacional e internacional. Os temas abordados na programação da Cri8 trataram da inovação no mercado financeiro, de como as transformações tecnológicas têm impactado o setor e têm colocado o cooperativismo frente a novos desafios. Confira! POR **LAURA DE CARVALHO, COM APOIO DA ESTAGIÁRIA JOYCE PONTEIRO**

Rumos – Como inserir as inovações tecnológicas no cooperativismo financeiro sem realizar grandes alterações nos padrões existentes?
Marco Aurélio Almada – Estamos assistindo a um processo acelerado de reformulação do modelo de negócios da indústria financeira. Está surgindo uma nova fórmula de organização empresarial, que é o negócio de plataforma.

Tudo indica que algumas mudanças exigirão ajustes estruturais importantes. Nosso desafio, então, é praticar a gestão ambidestra: com uma das "mãos" gerir o negócio atual e com a outra criar o modelo de negócios do futuro, sem deixar de construir uma ponte entre os dois para promover a transferência dos profissionais que operam o modelo de negócios atual para o novo modelo de negócios.

Rumos – As cooperativas internacionais estão mais avançadas tecnologicamente do que as brasileiras?
Almada – O preço das tecnologias de ponta tem reduzido nos últimos anos. Esse é um dos fatores que proporcionaram a avalanche de *startups* criadas ao longo dos recentes anos. Portanto, a tecnologia em si é um meio para soluções que agregam valor ao usuário. Nesse ponto nos equiparamos aos sistemas cooperativos de outros países, como Alemanha e França. Nas interações constantes que temos com esses outros sistemas estabelecemos uma via de mão dupla, ora inspirando ora sendo inspirados por suas soluções.

Rumos – A inovação no mercado financeiro é uma aliada ou uma ameaça para as cooperativas de crédito?
Almada – Sem dúvida é uma aliada. Hoje, temos condições de oferecer as mesmas soluções de produtos e serviços que os maiores bancos do mercado. Em um ambiente de abundância de recursos tecnológicos, o valor para o cliente é gerado conforme a alocação desses recursos em soluções que provocam boas experiências. O poder econômico do concorrente tem uma relevância menor se comparado a momentos em que o acesso à tecnologia era mais custoso.

Rumos – Quais são os benefícios para os clientes com a chegada da modernização nas cooperativas de crédito?
Almada – O cooperado passa a ter mais comodidade e a concentrar-se naquilo que importa. Temos cooperados que precisavam viajar quilômetros para depositar um cheque. Hoje eles podem fazer o depósito por imagem em nosso aplicativo móvel. Basta ter um celular e rede telefônica. As soluções estão presentes em todos os meios disponíveis. Se o cooperado quiser ir a um ponto de atendimento, ele o encontra; se quiser usar internet no *desktop* ou celular, também pode fazê-lo. A transação é a mesma, mas a operacionalização é adaptada para onde ele estiver, sempre buscando a menor fricção na experiência. Além disso, a tecnologia também traz redução nos custos operacionais, que facilita a viabilização das cooperativas.

Profundas mudanças virão nos próximos anos. Atualizações no modelo de meios de pagamento já são uma realidade na China e devem chegar ao Brasil em 2020.

Rumos – O que esperar para o futuro do sistema financeiro diante do avanço das tecnologias?
Almada – Profundas mudanças virão nos próximos anos. Atualizações no modelo de meios de pagamento já são uma realidade na China e devem chegar ao Brasil em 2020, uma medida amplamente debatida pelas instituições financeiras e pelo Banco Central do Brasil. Tecnologias como Inteligência Artificial, Big Data e Internet das Coisas serão amplamente utilizadas fazendo com que o cliente muitas vezes nem perceba que está fazendo uma transação financeira.

Serviços de vários setores estarão entrelaçados em soluções combinadas ao usuário. Os assistentes virtuais, como Siri, Alexa, Google Assistant, devem catalisar esse movimento. Com apenas um comando de voz será possível escolher um produto, fazer uma transação de compra, reservar um carro e fazer um seguro. Tudo ao mesmo tempo. Basta dizer: "Assistente, prepare a minha viagem da semana que vem". Com base em suas preferências previamente avaliadas, o assistente fará tudo de uma vez. Para ter sucesso nesse ambiente será preciso combinar as soluções disponíveis no intuito de criar uma proposta de valor relevante para o cliente.

Rumos – Qual a relação das *fintechs* com os bancos cooperativos?
Almada – A maioria das *fintechs* explora a otimização de um aspecto dos serviços financeiros. Para isso, muitas delas buscam parcerias com as instituições já estabelecidas. Embora não tenhamos soluções conjuntas no momento, avaliamos constantemente esse ecossistema e não desconsideramos aproximações no futuro. Como disse, o entrelaçamento de soluções é uma tendência.

Não obstante, se mexe

A exagerada criminalização da atividade política, estimulada na campanha eleitoral e que sob múltiplas formas continuou depois dela, foi longe demais e produziu dois efeitos antagônicos. Por um lado, a pressão tuiteira pela "nova política" teve como resposta a aprovação de medidas preparatórias da reforma da Previdência. De outro, despertou o Congresso de sua longa submissão ao Executivo. Lenta, mas firme e continuadamente, afirma o seu Poder. Lembra ao presidente Bolsonaro que se ele foi eleito com 57 milhões de votos, o Congresso o foi com 146 milhões! Logo, não é hora de testar quem tem mais tinta na caneta...

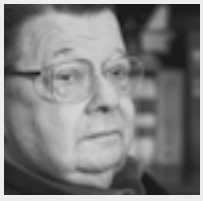
O comportamento de Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia ajuda a mostrar ao Executivo que nas eleições democráticas, quando não se consegue maioria no Congresso, é preciso dividir, republicanamente, as responsabilidades da administração com uma maioria construída. Ao término deste primeiro semestre, é impossível negar que alguma coisa se mexe na organização da política nacional. Quando olhamos o panorama da sociedade brasileira, construído entre 2012 e 2016, tomamos consciência da gravidade dos problemas que temos de resolver:

1) Uma queda de 6,7% do PIB *per capita*; 2) A monstruosa tragédia estampada em 13 milhões de desempregados; 3) Um endividamento do setor público/PIB que saltou de 52% para 70%; 4) Uma desorganização completa do setor energético; 5) A destruição da Petrobras por uma administração desastrosa que lhe impôs subsidiar o consumo do petróleo, ao qual se somou o comportamento condenável de diretores escolhidos diretamente pelo poder incumbente; 6) A política laxista que entregou meio trilhão de reais ao BNDES para financiar a construção de "campeões nacionais" com endividamento público; 7) a facilidade dos avais do Tesouro para estados e municípios financiarem investimentos que, por falta de controle, foram usados para pagar despesas correntes: salários e aposentadorias; e 8) o congelamento de parcos investimentos públicos improdutivos em um número desconhecido de obras inacabadas (fala-se de pelo menos 7.000!), sem projetos.

A síntese é curta: União, estados e municípios estão em situação falimentar! Como há muito pouco a esperar dos investimentos públicos devido ao crescimento endógeno de suas despesas correntes, a volta do crescimento econômico orgânico, robusto, equânime e sustentável só pode vir: 1) De investidores nacionais ou estrangeiros assumirem a execução dos projetos de infraestrutura, o que depende da segurança jurídica promovida pelo Supremo Tribunal Federal e da regulação por agências com poder de garantir o justo equilíbrio de contratos incompletos que durarão 20 ou 30 anos e; 2) Construir um inteligente programa de integração das cadeias nacionais ao comércio mundial para ampliar as exportações.

No decorrer do mês de junho, contudo, em meio às conflagrações "tuiteiras" que perturbam o ambiente político e dos negócios, o país deu dois passos para destravar obstáculos importantes: primeiro, foi aprovada a lei que instrumentalizará as agências reguladoras independentes com autonomia e poder para regular os contratos de infraestrutura, o que lhes dará maior efetividade e os sujeitará aos controles quantitativo e qualitativo na sua execução; num segundo momento, vimos o plenário do STF comportar-se como a Corte Constitucional implícita na Constituição de 1988. Foi no julgamento da legalidade da venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, que havia sido suspensa pelo despacho monocrático de um ilustre ministro, com graves inconvenientes para a Petrobras e para o corajoso comprador (a empresa Engie, bem-sucedida no campo da energia no Brasil) que havia vencido o certame com uma oferta de 8,6 bilhões de dólares. O pleno do STF, por ampla maioria, decidiu que subsidiárias de empresas estatais podem ser alienadas sem autorização legislativa. A presença da TV nas reuniões mostra que a transparência pode ter um papel importante para o respeito ao STF, a quem a sociedade entregou a defesa da liberdade individual de cada um de nós. Os debates revelam, com clareza, como a ideologia do juiz lhe dá leitura diferente do mesmo texto. Explícito e visível foi bom porque passou uma divergência natural e tranquilizadora para o cidadão perceber que as decisões sobre seus direitos são produto de cuidadoso escrutínio sobre diferentes formas de ver o mundo.

Muito importante, também, foi a decisão do ministro Edson Fachin de liberar a venda tão logo proclamado o resultado do Pleno, o que revelou sua colegialidade.



Marcelo Correa

ANTONIO DELFIM NETTO

Professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento.

As possíveis consequências da atual agenda econômica

A despeito da grave crise econômica que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos[1], passados seis meses do governo Bolsonaro, o que se tem observado até agora, por um lado, é a preocupação do presidente em querer, unicamente, desconstruir os princípios político-ideológicos e as ações econômico-sociais dos governos anteriores, mais especificamente dos petistas, e, por outro, a miopia do ministro Paulo Guedes em achar que sua agenda econômica liberal – baseada nas privatizações de "peixes grandes", como disse o ministro, na reforma da previdência, na austeridade fiscal e na desregulamentação dos mercados – é capaz de fazer com que o país saia da estagnação e retome os rumos do crescimento.

No que se refere ao segundo ponto, não é demais chamar a atenção para o fato de que a proposição "guedesiana" de choque de liberalismo (i) se contrapõe à dinâmica intervencionista do Estado e dos bancos centrais na economia mundial, respectivamente via políticas fiscais contracíclicas e pelo afrouxamento de liquidez, em curso desde a crise financeira internacional, 2007-2008, e a grande recessão, 2009-2010, (ii) desconsidera que, historicamente, o *catching-up* e o desenvolvimento econômico e social das economias capitalistas passam pela articulação entre Estado, mercado e instituições[2] e, talvez o mais importante, (iii) vai de encontro ao *modus operandi* do capitalismo brasileiro, uma vez que, desde os anos 1950, os ciclos econômicos da economia brasileira têm sido caracterizados pela presença do Estado na economia, seja como planejador e regulador da atividade econômica, seja como indutor do processo produtivo.

Diante do exposto, duas reflexões:

Primeira, para que o país saia da estagnação e tenhamos a retomada do crescimento econômico são necessárias medidas econômicas que criem as condições favoráveis para despertar o *animal spirits*[3] dos agentes econômicos, especialmente dos empresários. Para tanto, são imprescindíveis (i) políticas monetária e fiscal contracíclicas e a operacionalização de um regime de câmbio flutuante administrado, com vistas à manutenção de uma taxa de câmbio real efetiva estável e competitiva, são imprescindíveis, (ii) reformas estruturais, tais como "desprivatização" do Estado, tributária e previdenciária, e (iii) políticas institucionais, entre as quais industrial e salarial.

Segunda, se o governo Bolsonaro insistir na adoção de uma agenda econômica que não soluciona os problemas do país, mas muito pelo contrário tende a agravá-los, é bem provável que as expectativas dos eleitores do presidente e das elites político-econômicas sejam frustradas e a popularidade do governo continue indo "ladeira abaixo". Diante dessa possibilidade e considerando que o governo tem dificuldades para obter base política que assegure sua governabilidade, não está descartada a hipótese de que tenhamos a repetição da crise político-institucional do início dos anos 1990.

1 Entre 2015 e 2018 a taxa de variação do Produto Interno Bruto acumulou uma queda de aproximadamente 5,0%.

2 Para maiores detalhes, ver: Chang, H-J. (2011). *23 Things They Don't Tell You About Capitalism*, New York, Penguin Books.

3 O conceito de *animal spirits* é apresentado por J.M. Keynes (1936/2007) em *The General Theory of Employment, Interest and Money*, New York, Palgrave Macmillan.

Arquivo Pessoal

FERNANDO FERRARI FILHO

Professor titular aposentado da UFRGS, pesquisador Nível do 1 do CNPq e professor visitante da Washington and Lee University/EUA

Noel Joaquim Faiad

Desafios do trabalhador

Crises econômicas, reformas na regulamentação, avanço das tecnologias, novas formas de empregabilidade: desafios se impõem aos trabalhadores na hora de gerar sua própria renda. Nesse cenário, o mercado informal avança e gera novos arranjos produtivos na busca pela garantia da sobrevivência individual. **POR CARMEN NERY**

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 60% da população mundial têm algum tipo de atividade informal. Jürgen Weller, chefe da unidade de Estudos do Emprego da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), explica que, na região, existe uma alta correlação positiva entre o crescimento econômico e a variação no número de empregos assalariados. A Cepal e a Organização Internacional de Trabalho (OIT) alertam que a fraca expansão econômica na América Latina até 2019 (média de 1,3% para a região) aumentará os empregos de baixa qualidade e a informalidade do mercado de trabalho. "O fraco crescimento econômico regional projetado pela Cepal para esse ano sugere que a demanda de mão de obra das empresas será modesta e que o número de novos empregos assalariados disponíveis será insuficiente para atender às necessidades de renda do trabalho das famílias. Portanto, muitas famílias terão que gerar trabalho remunerado, geralmente como trabalho autônomo", diz Weller.

Ele observa que, embora este tipo de trabalho seja heterogêneo em suas características – especialmente os trabalhos que surgem por necessidades de subsistência no contexto de falta de opções salariais –, o emprego muitas vezes é caracterizado por baixa qualidade (falta de direitos laborais e sociais, renda instável etc). "Nos últimos seis anos, entre 2013 e 2018, no contexto de baixo crescimento econômico regional (e negativo em 2015 e 2016), o emprego por conta própria aumentou mais do que o emprego assalariado, o que refletiu uma deterioração da qualidade média do trabalho, e isso está acontecendo novamente em 2019", alerta Weller.

Ele destaca que, nos últimos anos, em nível regional, os salários reais do emprego formal (registrado) aumentaram ligeiramente. As exceções são países com inflação alta, como a Argentina e a Venezuela. No entanto, o aumento da taxa de desemprego enfraquece a capacidade de barganha dos trabalhadores, e o aumento registrado em 2018 foi, na mediana dos países com informação de apenas cerca de 1%, a menor taxa da década.

Weller reforça que, no início de 2019, observou-se que, no conjunto de mercados de trabalho da América Latina e do Caribe, as tendências que caracterizam 2018 estão mantidas. Há um aumento modesto da taxa de emprego centrado em categorias que, em média, são de baixa qualidade, especialmente o trabalho por conta própria.

"Como resultado, há uma estagnação da taxa de desemprego urbano, que, após um aumento de 2,4 pontos percentuais entre 2015 e 2017, em 2018 manteve-se estável em 9,3%", diz Weller. Neste contexto, e com uma projeção de crescimento econômico regional de 1,3% para 2019, não são esperadas grandes mudanças na taxa de desemprego urbano em nível regional. "Obviamente, como em 2018 (quando a taxa de desemprego aumentou em dez países, diminuiu em seis e permaneceu estável em três), haverá diferenças entre os países", ressalva Weller.

Em 2019, o contexto externo é caracterizado por um alto grau de incerteza, especialmente devido a conflitos de política comercial que já afetam o comércio internacional, tanto em volume quanto em preços. Isso afeta a economia de muitos países da região cujo crescimento está altamente correlacionado com a dinâmica de seu setor externo.

"Principalmente em consequência dessa evolução, a Cepal reduziu a projeção do crescimento econômico regional de 2019 de 1,7% (projeção para o final de 2018) para 1,3% (abril de 2019). Uma nova deterioração do contexto externo pode reduzir ainda mais a taxa de crescimento, o que teria um impacto negativo nas perspectivas de emprego e no desemprego regional", sinaliza o chefe da Cepal.

Ele sugere que, para evitar a precariedade do trabalho, os governos devem focar na geração de emprego produtivo, para o qual é necessário um crescimento econômico sustentado e sustentável, conforme estabelecido no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 8: "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos".

"Isso, obviamente, requer, em primeiro lugar, políticas »

além daquelas diretamente relacionadas com o desenvolvimento sustentável no mercado de trabalho, especificamente políticas macroeconômicas e de desenvolvimento produtivo que estimulem a geração de novos empregos", ressalta Weller. Em segundo lugar – pois é sabido que, mesmo no setor formal da economia, há uma certa proporção de empregos informais e precários –, ele considera que é importante que os organismos de fiscalização tenham recursos para exercer sua atividade e o controle para alcançar as devidas correções.

Em terceiro lugar, no passado, seria importante aprofundar políticas que têm obtido certo êxito ao fomentar a formalização de empresas informais (geralmente de menor tamanho), embora reconhecendo que existem informais de tão baixa produtividade e tão baixos rendimentos que não é realista tratar de sua formalização.

Em quarto lugar, Weller explica que no contexto das novas tecnologias estão surgindo muitos trabalhos remunerados (sobretudo, intermediados por meio de diferentes tipos de plataformas) que não estão regulados, porque não correspondem nem às características dos assalariados tradicionais nem são trabalhadores plenamente independentes. "Os países deveriam analisar a melhor forma de regulação desses trabalhos, para evitar que surjam novas formas de informalidade e precariedade laboral", defende Weller.

Ele também sugere que os países que estão promovendo reformas liberais como o Brasil (Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência) devem evitar retirar direitos conquistados pelos trabalhadores. O chefe de unidade da Cepal observa que no passado já foram implementadas reformas trabalhistas que reduziram direitos e custos trabalhistas com a justificativa de que gerariam muitos novos empregos, mas não é o que tem ocorrido.

"A reforma das leis laborais deve levar em conta mudanças econômicas e sociais. No entanto, estas reformas devem ser o resultado de processos de diálogo social, de procurar, sempre que possível, soluções favoráveis para as empresas e os trabalhadores (ganha-ganha) e, quando isso não for possível, evitar que os custos e os benefícios das mudanças se distribuam de maneira desigual", recomenda.

Jürgen Weller: "A reforma das leis laborais devem levar em conta mudanças econômicas e sociais. No entanto, estas reformas devem ser o resultado de processos de diálogo social, de procurar, sempre que possível soluções, favoráveis para as empresas e os trabalhadores".

Divulgação

REFORMAS E ESTATÍSTICAS

No Brasil, especialistas apontam que a Reforma Trabalhista não promoveu um aumento da formalização nos níveis do que prometia a campanha para sua aprovação. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o país conta com 13,2 milhões desempregados (pessoas desocupadas que procuram trabalho, têm disponibilidade, mas não encontraram colocação), o equivalente a uma taxa de desocupação de 12,5% no trimestre encerrado em abril de 2019, mais 0,5 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre de novembro de 2018 a janeiro de 2019 (12,0%).

Existem ainda 4,9 milhões de desalentados (pessoas desocupadas, disponíveis para trabalhar, mas que nunca procuraram ou desistiram de procurar emprego porque acham que não vão conseguir). Outras categorias são a dos subocupados (7 milhões que trabalham menos de 40 horas e têm disponibilidade para trabalhar mais) e ainda os que não estão ocupados, mas têm potencial para trabalhar, embora não possam assumir porque estão doentes ou têm de ficar com os filhos ou cuidar de um familiar (3,3 milhões).

"Somando os desempregados, os desalentados, os subocupados e os desocupados com potencial de trabalhar, são 28,4 milhões de pessoas subutilizadas", diz Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE.

Ele explica que a PNAD Contínua avalia quatro categorias de inserção no mercado de trabalho: empregados (são subordinados a alguém e são divididos em setores público e privado, além de trabalhadores domésticos); empregador (tem pelo menos um empregado); trabalhador por conta própria (autônomos); e trabalhador familiar auxiliar (por exemplo, um filho que ajuda no açougue do pai, mas não é remunerado).

A última PNAD Contínua revelou que o Brasil conta com 55,8 milhões de empregados (exceto empregados domésticos), o equivalente a 60,4% da força de trabalho do país, que é de 105 milhões de pessoas. Dos empregados, 44,4 milhões são trabalhadores do setor privado (79% do total de empregados) e 11,4 milhões do setor público (21%). Os empregados domésticos somam 6,1 milhões de pessoas, ou 6,7% da força de trabalho.

Os empregadores são 4 milhões, ou 4,7% da força de trabalho. Os trabalhadores por conta própria somam 23,9 milhões, o equivalente a 25,9% da força de trabalho. E o trabalhador familiar auxiliar corresponde a 2,1 milhões de pessoas, ou 2,3% da força total de trabalho.

Azeredo destaca que 33,2 milhões de trabalhadores do se-

tor privado têm carteira assinada, o equivalente a 74,7% dos trabalhadores do setor, o que significa também que 11,2 milhões (25,3%) são empregados sem proteção social. Em relação aos 6,1 milhões de empregados domésticos, apenas 28,8% têm carteira assinada, ou seja, 4,4 milhões trabalham sem proteção. Já dos 4 milhões dos empregadores, 80%, têm CNPJ; e dos 23,9 milhões de trabalhadores por conta própria, apenas 4,7 milhões (19,8%) têm CNPJ. "Somando 11,2 milhões dos empregados do setor privado e 4,4 milhões de trabalhadores domésticos sem carteira assinada, com os 868 mil empregadores, os 19,1 milhões de trabalhadores por conta própria sem CNPJ, e com o trabalhador auxiliar familiar que não é remunerado, temos 37,7 milhões de trabalhadores", analisa Azeredo.

Ele destaca que os números têm relação com a crise econômica. Até 2014, a informalidade era menor e o número de carteira assinada era maior. Em quatro anos, o Brasil perdeu 3,5 milhões de empregos com carteira assinada. Somando-se os 37,7 milhões na informalidade com os 28,4 milhões de subutilizados chega-se a 66,1 milhões que estão em situação de precariedade. "Considerando-se que o país tem 113 milhões de pessoas como força de trabalho ampliada, esses 66,1 milhões significam que 58% da força de trabalho encontra-se hoje na informalidade ou subutilizada", alerta Azeredo.

Clement Ganz Lucio, diretor técnico do Dieese, diz que esse quadro é bastante diferente do verificado no período de 2004 a 2014, quando aumentou-se significativamente a formalização do mercado de trabalho. O número de assalariados com carteira assinada cresceu, diminuiu-se o de assalariados sem carteira, reduziu-se o número de trabalhadores por conta própria e aumentou-se o número destes com contribuição previdenciária.

"De 2014 para cá, esses três indicadores se inverteram: diminuiu o assalariado com carteira, aumentou o assalariado sem carteira e elevou-se o número de trabalho por conta própria, crescendo mais os que não têm proteção previdenciária. Estes últimos são os desempregados que vão fazer qualquer coisa para sobreviver, como vender bolo", diz Ganz Lucio.

O diretor técnico ressalta que a Reforma Previdenciária da forma como vem sendo encaminhada – e da maneira que o debate público desestimula a juventude a contribuir – vai reduzir a cultura previdenciária.

"Dependendo de como o texto final sair, as pessoas não vão ver vantagem em contribuir e, se vier a capitalização, será uma tragédia. A experiência internacional mostra que é uma catástrofe: de 30 países que fizeram a opção pela capitalização, 18 já reverteram. O que a gente construiu tem 200 anos de história de lutas com um sacrifício enorme. Com a Reforma Trabalhista e da Previdência estamos destruindo isso", analisa Lucio.

PRECARIEDADE

No estudo "Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil", pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) procuram identificar a sensibilidade da caracterização do trabalhador informal a distintos critérios de classificação. E também mostrar como a relação entre informalidade e medidas de bem-estar dos trabalhadores varia de acordo com o critério de classificação adotado.

O texto também incluiu como critério para classificar os empresários como formais ou informais a inclusão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cuja informação foi incorporada na PNAD, do IBGE, a partir de 2009.

Carlos Henrique Leite Corseuil, pesquisador do Ipea e um »

Agência Brasil

Reformas trabalhista e previdenciária têm impactos sobre o mercado formal.

dos autores do estudo, diz que, de forma geral, tanto a caracterização do setor informal como a relação entre informalidade e bem-estar são muito parecidas em dois dos três critérios usados. São eles: critério via contribuição à previdência; e o critério baseado no CNPJ para empresários e na carteira de trabalho para empregados. O texto observa que a própria definição de ocupação informal vem sendo debatida há várias décadas e ainda permanece inconclusiva.

Corseuil diz que, no caso do Brasil, há como checar se a relação trabalhista do empregado está à margem da legislação relevante, visto que a informação sobre a posse de carteira assinada encontra-se disponível. Entretanto só se aplica *stricto sensu* aos trabalhadores ocupados como empregados. Trata-se de associar o setor formal à posse de carteira de trabalho assinada, uma vez que esse documento garante uma série de benefícios para o trabalhador.

O pesquisador do Ipea explica que não há só um conceito nem há uma única maneira de mensurar a informalidade. Mas houve avanços recentes, os estatísticos liderados pela OIT promovem conferências para debater temas como esse e definiram diretrizes como deveria ser mensurada a informalidade da empresa e do trabalho. No Brasil, há duas categorias de trabalhadores: os que têm uma relação de emprego com um empregador, seja com carteira assinada e, portanto, formal; ou sem carteira assinada, informal.

"O outro grupo são os que não têm emprego, os autônomos. Nesse caso, verificamos se eles têm alguma forma de proteção, mensurado pela contribuição ao sistema de previdência. A partir de conferência da OIT surgiu outro critério de mensuração, que é verificar se o conceito de empresa se aplica a ele, ou seja, se esses trabalhadores têm empresa legalmente constituída, mesmo que seja apenas para seu trabalho. Esse critério passou a ser adotado pelo IBGE a partir da PNAD Contínua, sendo muito próximo à decisão da OIT. Então para autônomos verifica-se se têm CNPJ ou se contribuem para a Previdência", diz o pesquisador do Ipea.

Ele reconhece, porém, que, embora nos dois casos o trabalhador seja considerado formal, isso não é garantia de segurança, pois há ainda o grau de precariedade do trabalho. Porém a mensuração da precarização é difícil e tem mais de uma dimensão: monetária (rendimento), proteção à eventualidade, entre outras. "Nesse caso, o debate é muito maior. Não conheço quem diga que vá medir a precarização de alguma forma. Os registros permitem medir a informalidade e temos feito isso, inclusive comparando critérios distintos. Mas precarização ainda não tem uma análise feita pela dificuldade de se mensurar. O Microempreendedor Individual (MEI) é formal tanto pelo critério de CNPJ e proteção previdenciária. Mas há situações em que pode ser usado como uma relação trabalhista disfarçada, porém não temos como identificar", diz Corseuil.

INFORMALIDADE

Fernando Teixeira da Silva, professor do departamento de História da Unicamp, observa que comparado com outros países dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), como a Índia, que tem 93% de informalidade, o Brasil, por conta do avanço obtido entre 2004 e 2012, obteve um pico de formalização extraordinário. Para ele, a Reforma Trabalhista veio justamente para aumentar a informalidade, e não reduzi-la, sob o argumento de que, legalizando-se certas situações que não eram legais – como o trabalho intermitente –, a informalidade reduziria.

"Com a Reforma Trabalhista, o que se tem na verdade é a legalização da informalidade, que é uma longa tradição brasileira. Há uma falsa discussão na separação entre o formal e o informal. O que os economistas mostram, em tra-

Noel Joaquim Faiad

balhos que o pesquisador José Dari Krein lidera [entrevistado adiante], é que o emprego por meio de contrato por tempo indeterminado já é muito flexível no Brasil, porque há uma rotatividade muito grande. Mesmo os trabalhadores formais estão sempre numa situação de instabilidade muito grande, pois os contratos são de muito pouca duração. O modelo fordista de ficar muitos anos num emprego está descongelando. A Reforma Trabalhista ao trabalhar com essas noções de emprego atípico – como autônomos e a uberização –, muitas vezes esconde uma relação de emprego verdadeira, eximindo o empregador de encargos sociais", analisa Silva.

Ele diz que há uma discussão importante porque a mídia opera com um conceito de emprego como se fosse um dado da realidade. Mas, para ele, emprego é uma construção jurídica. No caso dos empregos informais dos aplicativos – um contingente de sete milhões de trabalhadores –, existe sim uma relação de subordinação e emprego mascaradas. Há, portanto, certas formas de contratação que deveriam ter algum tipo de proteção. "Há um debate na Europa já nos anos 1990 no sentido de que essas relações de trabalho devem ser vistas como relações de subordinação e emprego e merecem ser protegidas. Com a Reforma Trabalhista, o que se tem é uma abertura extraordinária de possibilidade de transformar o trabalhador que era assalariado num trabalhador autônomo", diz Silva.

Ele diz que no caso do trabalho por conta própria ou transformado em pessoa jurídica – a PJotização – também há uma relação de dependência e subordinação encoberta e que exclui o trabalhador de qualquer proteção legal. Em vez de emprego, o mercado de trabalho passa a ter prestação de serviços, multiplica-se o número de Microempreendedores Individuais (MEI) e as empresas sem empregados ("eupresa").

"E em todos esses casos, o valor da força de trabalho é muito reduzido. Agora com a uberização está ocorrendo uma feminização desses trabalhos com uma quantidade enorme de mulheres, que inclusive ganham menos que os homens. De um lado há um discurso que defende a Reforma Trabalhista de que ela estimula o empreendedorismo e que o trabalhador vai poder organizar melhor o seu tempo. Mas essas empresas de aplicativos fornecem a tecnologia, fazem a intermediação dos serviços sem incorrer em qualquer ônus trabalhistas e eliminam qualquer vestígio de vínculo formal de emprego. Quando na verdade, apesar das aparências, empresas como o Uber monitoram o tempo, o desempenho e a produtividade dos trabalhadores", diz Silva.

José Dari Krein, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) e professor do Instituto de Economia da Unicamp, diz que a informalidade é um conceito que apresenta bastante divergência no debate acadêmico. Historicamente a ideia de informalidade era a expressão do atraso do desenvolvimento econômico dos países. A tendência era de que, com o desenvolvimento do capitalismo, esse processo fosse suplantado, como aconteceu na Europa e nos EUA, de certa forma.

> **A informalidade hoje no Brasil tem uma cara de ilegalidade. Se somarmos os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos sem CNPJ e os empregadores sem registros, são quase 40 milhões de pessoas nessa condição.**
> José Dari Krein

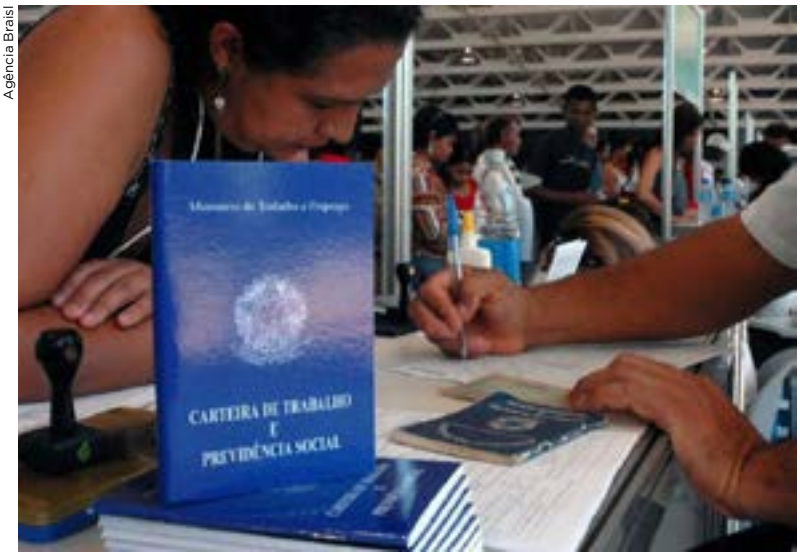
"Só que essa concepção foi mudando ao longo do tempo, porque a informalidade hoje está presente nos centros mais dinâmicos dos países desenvolvidos. Ela não era um problema histórico, mas começa a ser um problema que surge, a partir da década de 1980 do século passado. Hoje é possível combinar a informalidade com o que existe de mais moderno do ponto de vista tecnológico e de concepção de novos negócios", ressalta Krein.

Ele observa que, do ponto de vista da mensuração, também houve mudanças. No passado, considerava-se como informais atividades pouco estruturadas, pequenos negócios. Hoje cada vez mais o parâmetro de formalidade e informalidade para a sua mensuração é dado pelo segmento e não baseado nas normas legais existente no país, ou seja, os registros.

"A informalidade hoje no Brasil tem uma cara de ilegalidade. Se somarmos os trabalhadores sem carteira assinada dos setores público e privado, as domésticas sem carteira assinada, os autônomos sem CNPJ e os empregadores sem registros, são quase 40 milhões de pessoas nessa condição. Ou seja, 44% do total de ocupados no início de 2019 estão numa condição de ilegalidade. Infelizmente essa condição continua crescendo. Houve uma trajetória clara de diminuição da informalidade/ilegalidade de 2004 a 2014. Mas a partir de 2015 houve um incremento da informalidade", analisa Krein.

O pesquisador ressalta que passado um ano e meio da »

Agência Brasil



Houve uma trajetória de formalização na última década, mas a partir de 2015 aconteceu um incremento da informalidade, que segue em alta.

Reforma Trabalhista – que teve como justificativa combater a ilegalidade –, esse resultado não foi alcançado. Ao contrário, a informalidade continua crescendo, por efeito da dinâmica econômica. Como o mercado de trabalho continua muito parado, as pessoas precisam de renda para sobreviver e fazem qualquer coisa criando atividades informais. Mas ele reforça que a informalidade aumenta também porque a reforma fragiliza as instituições que são responsáveis por fiscalizar o trabalho.

"A Justiça do Trabalho, durante a reforma, foi uma das instituições mais atacadas. Depois, o Ministério do Trabalho foi extinto, com a fiscalização já precarizada há muito tempo. Tudo isso inibe as pessoas de reclamar das ilegalidades praticadas no mercado de trabalho. Caiu o número de processos trabalhistas, que hoje são muito mais pontuais. E, além disso, se ataca o Ministério Público do Trabalho e os sindicatos. Todas as instituições que são responsáveis pela afirmação dos direitos foram atacadas com a Reforma Trabalhista. Isso abre espaço para a tese de que o descumprimento da legislação trabalhista é um crime que compensa", resume Krein.

Ele diz que a Reforma Trabalhista rebaixou o que é considerado legal, porque a tese era de que, rebaixando-se os direitos, se facilitaria a formalização, pois há uma teoria neoclássica de que a excessiva rigidez na legislação trabalhista seria a responsável pela ilegalidade. Ocorre que, mesmo tendo o rebaixamento de direitos, a informalidade continuou crescendo mais do que as novas modalidades introduzidas com a reforma para legalizar as relações de trabalho.

"Se pegarmos os contratos intermitentes e os contratos a tempo parcial, é insignificante o estoque dessas ocupações no mercado brasileiro, não chegando a 1%. Esses contratos não estão pegando, porque é mais barato se contratar informalmente num momento em que estão enfraquecendo as instituições de fiscalização. Considero que contribuir para previdência não é sinônimo de formalização, assim como eu acho que o conceito de formalização, com a introdução das novas tecnologias, precisa ser revisto. E com o desemprego e o desalento elevados temos quase 29 milhões de pessoas subutilizadas e a condição de quem precisa trabalhar é muito precária. A informalidade é a expressão das opções políticas que a sociedade está adotando", lamenta Krein.

Ele observa que o MEI foi criado com propósito positivo de incluir na seguridade social autônomos, artesãos, que não tinham como contribuir para a previdência. Só que ganhou grandes distorções porque em alguns segmentos é condição para a pessoa ter uma ocupação. Muitas pessoas são forçadas a abrir um MEI para uma relação de emprego disfarçada. "É a mesma questão da 'PJotização', só que o MEI é uma PJotização ainda mais barata", critica Krein.

DEFINIÇÃO

Cláudio Dedeca, professor de economia social e do trabalho da Unicamp, destaca que o primeiro desafio quando se trata de informalidade é a própria definição do conceito. O conceito emergiu no final da década de 1960 e nos anos 1970, no âmbito da OIT, estava associado ao trabalho autônomo e ao emprego sem carteira assinada vinculado à obtenção de uma renda para subsistência. Essa noção foi sendo alterada ao longo do tempo e hoje o trabalho informal é aquele fora da proteção social, que não contribui para a Previdência, não tem acesso a seguro desemprego e demais benefícios.

"Mas foram sendo criadas válvulas de escape na legislação como o MEI. Essa pessoa é formalizada só porque tem CNPJ? Eu diria que não, porque o risco que ela tem é enorme. Recentemente, o Governo Federal estabeleceu que o trabalhador do Uber, iFood, Rappi vai ter que se registrar como MEI e contribuir para a previdência. Com isso, não só a proteção cabe ao trabalhador como também é um trabalho de alto risco", critica Dedeca.

O professor observa que as chamadas *startups* unicórnios – as que valem mais de R$ 1 bilhão – valem muito porque praticamente não têm custos. Não pagam encargos trabalhistas e têm instalações muito simples. Se fossem incorporar todos os trabalhadores em sua rede formalmente à empresa, provavelmente teriam um valor de mercado muito mais baixo. "Elas valem muito porque têm um potencial de lucro sem custo cavalar. São baseadas em um *software*, têm apenas uma base para algum processo burocrático. O escritório da Uber em Campinas não tem 50m²", diz Dedeca.

Mas ele ressalta que essas novas ocupações autônomas correspondem a uma parcela pequena do mercado de trabalho. A maior parte é formada por trabalhadores assalariados com ou sem carteira. Hoje o equivalente a ¾ do mercado de trabalho é de assalariados com carteira assinada, embora já tenha sido de 2/3 por volta de 2014.

"A partir dos anos 1990, houve dois movimentos no mercado de trabalho em relação a ocupações informais de alto risco. Um movimento é associado à dinâmica do mercado de trabalho, que é a velha informalidade associada ao desemprego: vendedores de sinal, camelôs, pedreiros, guardadores de vagas, vendedoras de cosméticos. A outra informalidade nasce do enfraquecimento da regulação pública e da incapacidade de o governo proteger o mercado de trabalho. Essa situação de PJotização nasce nos EUA mas é residual nos países nórdicos, no Canadá, França e Itália, entre outros países desenvolvidos. Assim como o MEI e o Simples são formalizações disfarçadas. E a Reforma Trabalhista liberou a PJotização e a terceirização", resume Dedeca.

José Márcio Camargo, professor do departamento de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), diz que para ele é bem claro o conceito de informalidade. Ele divide os trabalhadores em quatro grupos: os empregados com e sem carteira assinada, os que trabalham por conta própria e os que têm empresa que prestam serviços a outra empresa. Para o economista, apenas o empregado sem carteira assinada é informal.

"O que trabalha por conta própria e os que são terceirizados são empreendedores. O pipoqueiro é um empreendedor, pega o seu dinheiro da poupança e compra um carrinho de pipoca, investe, e é remunerado porque comprou o carrinho e está vendendo pipoca. O nome informal não se aplica a essa pessoa. Informalidade para mim é o empregado que trabalha numa empresa e não tem carteira assinada", argumenta.

Para ele, trabalhadores que cumprem jornada de trabalho como a de um empregado, mas dão nota fiscal – num modelo que muitos especialistas chamam de "PJotização" – não deixam de ser formais. Na sua avaliação, isso independe de direitos. Não se trata de um problema jurídico, mas de relações econômicas entre os agentes. "São tipos de relações econômicas diferentes. Um trabalhador Pessoa Jurídica (PJ) é um empreendedor. O que importa para a empresa é o custo do trabalhador. E ele é que deve saber o que fazer com o dinheiro", diz Camargo.

Ele defende que são relações de trabalho completamente diferentes: a relação de empregado é diferente da do prestador de serviço empresarial, não importa se é pouco qualificado, muito qualificado, se ganha pouco ou muito.

"O importante é o tipo de relação que existe entre o prestador de serviço e o tomador de serviço. O que caracteriza uma relação de subordinação? Esse é um problema complicado. A minha definição de informalidade é o trabalhador empregado sem carteira assinada. A minha definição de empreendedor é o trabalhador por conta própria e o que presta serviços a empresas com relações contratuais formais", define Camargo.

> **O pipoqueiro é um empreendedor, pega o seu dinheiro da poupança e compra um carrinho de pipoca, investe, e é remunerado porque comprou o carrinho e está vendendo pipoca. O nome informal não se aplica a essa pessoa.**
> José Márcio Camargo

Ele afirma que o mercado de trabalho está caminhando cada vez mais para ter trabalhadores por conta própria e empreendedores de modo geral, porque a relação de trabalho se torna muito mais direta e a avaliação é muito mais fácil. E considera essa tendência positiva porque gera ganhos de produtividade e a única forma de a economia crescer é gerando ganhos de produtividade. "E é por isso que está acontecendo assim no mundo inteiro, não é um problema do Brasil", defende Camargo.

PREVIDÊNCIA

José Pastore, especialista em relações de trabalho e professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), diz que o Brasil tem um grande contingente de pessoas na informalidade. Segundo sua avaliação, além os 11,2 milhões de empregados de empresas que deveriam ser registrados e não são, há 4,4 milhões de empregadas domésticas que deveriam ter carteira assinada e não têm, e 2,1 milhões de pessoas que trabalham para parentes sem registro ou proteção social.

"Quase metade dos 105 milhões da força de trabalho brasileira não têm nenhuma proteção ou está sem emprego. A informalidade no Brasil atingiu proporções muito preocupantes porque quem está na informalidade não dispõe das »

> A informalidade no Brasil atingiu proporções muito preocupantes porque quem está na informalidade não dispõe das proteções básicas para atender os riscos da vida que todos nós temos.
> José Pastore

proteções básicas para atender os riscos da vida que todos nós temos – doença, afastamento por acidente, velhice e morte. Esses riscos costumam estar protegidos por regras previdenciárias ou trabalhistas, mas, no Brasil, 50 milhões de pessoas não têm qualquer proteção para enfrentar esses riscos e isso é muito grave", alerta Pastore.

Ele ressalta que isso traz consequências para as famílias e para o Estado. "Para as famílias, a consequência é a precariedade da situação em que as pessoas se encontram. Elas não têm condições de enfrentar os riscos que deveriam ser cobertos pela proteção previdenciária ou trabalhista. Para o Estado, a consequência é que essas pessoas não recolhem nenhuma contribuição previdenciária e constituem um problema muito sério porque quando estiverem idosas, pelas leis brasileiras, vão receber um benefício de prestação continuada, tendo ou não contribuído para a Previdência Social. Será um contingente enorme de pessoas que não contribuíram e vão dar uma despesa para a previdência social. Isso abala bastante as finanças do Estado", comenta o especialista.

Ele diz que a crise econômica agrava o problema da informalidade, mas o mais importante para sair de um cenário de informalidade tão grande é com crescimento econômico sustentável por vários anos – 8, 10, 20 anos. Em segundo lugar, para mitigar em parte o problema, deve-se simplificar um pouco a legislação trabalhista no campo dos encargos sociais. "Em muitos países, para tirar um profissional da informalidade há um contrato em que por um ano a pessoa vai trabalhar com menos encargos sociais e só depois de um ano entra na carga normal de encargos sociais. Os encargos sociais no

Modernidade e era da "uberização"

Reportagem da BBC mostrou que em um momento de crise econômica e alta do desemprego, os aplicativos de serviços atraem desempregados e pessoas que têm dificuldades para se inserir no mercado de trabalho com a perspectiva de obter alguma renda. Segundo a reportagem, o Instituto Locomotiva apontou que quatro milhões de pessoas trabalham para essas plataformas no Brasil hoje – 17 milhões usam os serviços regularmente. Mas economistas e historiadores criticam o modelo, afirmando que essas empresas, ícones de modernidade da economia digital, ajudam a precarizar o trabalho, já que não seguem as leis trabalhistas e mantêm relações de trabalho típicas do século XIX. Seus colaboradores fazem jornadas de trabalho muito mais longas que as oito horas previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não têm direitos trabalhistas, como férias remuneradas, 13º salário, fundo de garantia, proteção previdenciária e acesso ao seguro-desemprego.

Essas condições de trabalho já vêm sendo conhecidas como "uberização", que começou com as plataformas de transporte de passageiros e hoje inclui também as plataformas de *delivery*, como i-Food, Uber Eats e Rappi. De acordo com a reportagem da BBC, alguns trabalhadores chegam a fazer jornadas de mais de 12 horas ou até mesmo dormem na rua para conseguir um volume maior de trabalho.

Noel Joaquim Faiad

Brasil são muito altos, são 103% do salário. Um trabalhador por conta própria se decidir contribuir vai pagar 20% do seu rendimento mensal. É muito alto. Simplificando esses encargos, ajuda um pouco. Não resolve tudo porque o que resolve é crescimento econômico ", distingue Pastore. Ele afirma que a Reforma Trabalhista foi positiva em várias áreas, mas não reduziu os encargos sociais.

Quanto à abordagem de quem considera que os trabalhadores por conta própria representam uma parcela de empreendedorismo, ele elogia apenas o programa do MEI, que na sua avaliação está dando certo. Já são sete milhões de inscritos que têm proteções sociais porque recolhem uma contribuição para o INSS.

"É um programa que está conseguindo formalizar quem estava na esquina vendendo sanduíche e não tinha nenhuma proteção. Agora, o programa, embora valioso, constitui uma bomba-relógio para a Previdência, porque a contribuição do MEI é muito pequena, cerca de R$ 50 por mês, um valor que não dá para sustentar licença invalidez, licença maternidade, aposentadoria. Isso precisa ser corrigido. A Reforma da Previdência tem um componente de geração de receita, mas o grosso é redução de despesa. O que ela está buscando é reduzir R$ 1 trilhão que serão gastos se nada for feito. Isso não tem nada a ver com formalização e sim com finanças públicas. O mais perverso é que quem está jogado na informalidade está jogado à própria sorte", conclui.

Agência Brasil

Uma das preocupações dos especialistas é o efeito para a Prêvidência Social do aumento da informalidade.

Marcos Carvalho, diretor da Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O), que representa esses novos negócios, diz que há no Brasil uma situação econômica de crise, "resultado de políticas públicas desastrosas dos últimos anos" que gerou um contingente de 13 milhões de desempregados. Para ele, isso demonstra que alguma coisa está sendo feita de maneira errada.

"O próprio sistema de gestão atual gerou essa crise e considero muito raso e simplório jogar em plataformas que estão gerando uma fonte alternativa de renda a culpa disso. Se essas pessoas não tivessem essa fonte alternativa, possivelmente estariam numa situação pior", argumenta Carvalho.

Para ele, a precarização do trabalho só se aplica quando há uma relação de vínculo e de compromisso legal, em que o funcionário tem de bater cartão, trabalhar um número de horas rígido e ter controlado cada passo que dá. A situação de trabalho entre prestadores de serviço e as plataformas é flexível e aberta. "Eles criam suas jornadas de acordo com sua disponibilidade, muitos inclusive têm atividades paralelas. Trazer a questão de precariedade num segmento em que a liberdade e a escolha estão nas mãos das classes envolvidas não é correto. As plataformas conectam oferta e demanda, elas estão colaborando para que essas pessoas tenham inclusão social e possam consumir produtos e serviços e que não fiquem desabrigadas e sem fonte de remuneração", defende Carvalho.

Ele cita dados da Pesquisa realizada pela Fundação Instituto Administração (FIA), que entrevistou 1.500 trabalhadores de plataformas que antes tinham empregos com remuneração média de R$ 1,5 mil, e passaram a ganhar em média R$ 2,1 mil. O estudo aponta que a idade média do entregador é de 29 anos – os números contemplam motoboys e ciclistas. A maioria (97,4%) é homem; 73% têm apenas o ensino médio completo, e 11,7% já concluíram ensino superior ou pós-graduação.

Globalmente, porém, algumas cidades ou países baniram o Uber de seus domínios ou o serviço se retirou destes lugares, em jurisdições como da Inglaterra, Itália, Dinamarca e Alemanha. Questionado se não se cogita estimular algum nível de proteção como contribuição previdenciária, Carvalho diz que "no momento ainda não se discutiu esse tipo de procedimento".

Retratos da realidade

Fotos: Noel Joaquim Faiad; depoimentos para estagiária Joyce Ponteiro

Nós aquecemos o mercado, eu aqui trabalhando beneficio desde estrangeiros a grandes negócios, mas em que a empresa me beneficia? O aplicativo diz que eu não tenho vínculo com ele, mas se eu estou com a camisa deles e me apresento com o nome da marca, eu tenho vínculo.

Denis Jorge Pires, entregador

Há seis meses, Denis trabalha como entregador de refeições, por meio do Ifood, no Rio de Janeiro.

Entregadores de aplicativo usam bicicletas patrocinadas por uma instituição bancária para trabalhar.

Eu estava cansado de procurar emprego. É chato trabalhar e a empresa falir ou te mandar embora do nada, então comecei a vender suco. Prefiro trabalhar assim, pago minha autonomia, faço meu horário e ninguém pode me mandar embora mais, apenas eu mesmo.

Maicon Araujo Silva, vendedor

Maicon trabalha há 3 anos vendendo suco natural de laranja na rua.

Carros ociosos em ponto de táxi no horário de almoço em dia de semana no Centro do Rio de Janeiro.

Alexander Caio

AGN ANUNCIA RECURSOS PARA MICROCRÉDITO

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) recebeu, no mês de maio, o aval para a ampliação e implantação de novas linhas de microcrédito. A iniciativa irá beneficiar os setores de apicultura, caprinocultura, ovinocultura, artesanato e a cultura norte-rio-grandense.

Para a presidente da AGN, Márcia Maia, o microcrédito é uma ferramenta de expansão e criação de novos negócios. "Sei do papel importante que o incentivo ao empreendedorismo e do microcrédito tem em momentos de crise econômica e perda de postos de trabalho", afirmou a presidente.

Entre janeiro e abril de 2019, a agência já investiu mais de R$ 4 milhões no apoio a microempreendedores e pessoas físicas de todo o estado.

BANCO DE BRASÍLIA DESTINA R$ 1 MILHÃO AO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

O Banco de Brasília (BRB) irá remodelar os parâmetros de concessão de microcrédito e aumentar em R$ 6 mil o valor máximo para contratação, com o intuito de conceder, até o final de 2019, mais de R$ 1 milhão ao Microcrédito Produtivo Orientado (MPO). O montante equivale a cerca de dez vezes mais do que o operado pela instituição em 2018.

De acordo com dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), cerca de 140 mil pessoas estão enquadradas nos requisitos do microcrédito, ou seja, possuem renda bruta de até R$ 200 mil por ano e exercem atividade produtiva há pelo menos seis meses. O MPO é destinado ao pequeno empreendedor, que utiliza o crédito como capital de giro ou de investimento.

O presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, falou sobre o futuro da instituição, "Queremos tornar o BRB uma instituição perene. Para isso, estamos trabalhando para transformar o banco em protagonista do desenvolvimento econômico, social e humano de todas as classes do Distrito Federal". E ressaltou a importância do MPO para atingir os objetos planejados, "Neste sentido, a concessão de microcrédito tem papel fundamental".

CRESOL ESTREIA LINHA BNDES CRÉDITO PEQUENAS EMPRESAS

O Cresol realizou as duas primeiras contratações da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas, lançada em março deste ano. As operações, no valor de R$ 81 e R$ 500 mil, foram assinadas na última semana de maio em Chapecó, Santa Catarina e em Francisco Beltrão, Paraná, durante eventos realizados pela cooperativa. A perspectiva é de que as agências do sistema Cresol, ativamente atuantes no crédito agrícola, realizem, apenas no mês de junho, cerca de R$ 70 milhões em contratos na linha.

"Pela primeira vez, apoiamos o lançamento de uma linha BNDES por um agente financeiro. O objetivo é fortalecer aqueles que nos veem como parte de suas estratégias de negócio", afirmou o gerente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES, Cláudio Rabelo.

O BNDES Crédito pequenas Empresas tem como objetivo ampliar a concessão de financiamento e estimular a geração de empregos. A linha possui um valor máximo de R$ 500 mil por cliente a cada 12 meses.

Pixabay

DESENBAHIA LANÇA LINHA DE CRÉDITO EXCLUSIVA PARA O AGRONEGÓCIO

A Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) lançou, durante o Bahia Farm Show 2019, uma linha de crédito específica para o setor de agronegócio. O novo financiamento, que conta com recursos próprios, permite a aquisição de amplo conjunto de máquinas e equipamentos ligados à atividade agropecuária.

A Desenbahia, que participou de todas as 14 edições da feira, considerada a maior exposição do agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil, esteve presente esse ano com estande exclusivo e um corpo técnico para atender aos empresários. A instituição também disponibilizou durante o evento o fomento a projetos que contemplam sistemas de irrigação, transformação agroindustrial, correção de solo, armazenagem e demais iniciativas que visem a melhoria da produtividade e a utilização de inovação no agronegócio baiano.

CREDIAMIGO, DO BNB, ALCANÇA R$ 3 BI EM 2019

O Crediamigo, programa de microcrédito urbano do Banco do Nordeste (BNB), disponibilizou R$ 3 bilhões em contratações nos primeiros quatro meses de 2019, valor que é 11,8% maior do que no mesmo período do ano passado. O financiamento, que é o maior da modalidade na América Latina, realizou só no Ceará 497,9 mil operações, sendo o estado com maior volume desembolsado neste ano.

A microempreendedora Ana Paula Paiva de Souza utiliza os recursos do programa desde 2015 e já soma sete empréstimos. Ela já investiu em confecções, acessórios, cosméticos e comidas regionais. "Eu indico o Crediamigo porque foi quem primeiro me apoiou e nunca desistiu de mim", garante Ana Paula.

O superintendente de Microfinança e Agricultura Familiar do BNB, Alex Araújo, ressalta a importância do programa para a região. "O Crediamigo tem feito uma enorme diferença no desenvolvimento do empreendedorismo no Nordeste", afirma.

FINEP DIVULGA FINANCIAMENTO QUE FOMENTA A TECNOLOGIA DA INDÚSTRIA 4.0

A Finep lançou, durante o 8º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, que aconteceu em São Paulo, no mês de junho, a ação de fomento Inovacred 4.0. A iniciativa, com capital de R$ 200 milhões, ofertada por intermédio da colaboração com bancos regionais de desenvolvimento e agências de fomento, tem como objetivo apoiar a implantação de soluções digitais nos setores de produção das empresas.

O financiamento, elaborado pela Finep em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o Ministério da Economia (ME) e com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), pode ser adquirido por negócios de pequeno, médio e grande porte, com faturamento anual de até R$ 300 milhões.

Alinhado com a Ação de Fomento à Inovação em Internet das Coisas (Finep IoT), lançada em junho de 2018, o recurso, que busca a simplificação dos processos de análise e acompanhamento das propostas, traz como novidade a utilização de instituições integradoras, que concebem e implementam os planos de digitalização nas organizações produtivas.

"Em geral, uma empresa não consegue implantar uma solução que englobe tecnologias da Indústria 4.0 sem a consultoria de uma empresa integradora, de forma que esse é o grande diferencial do Finep Inovacred 4.0", afirma o superintendente de Inovação da instituição, Newton Hamatsu. Segundo ele, o impacto esperado é um ganho de, no mínimo, 20% na produtividade das empresas beneficiárias.

O PODER DO DIÁLOGO

Os economistas Samuel Pessôa, da Fundação Getulio Vargas (FGV), e Marcos Lisboa, do Insper, revisitam na obra *O valor das ideias: Debate em tempos turbulentos,* publicada pela Companhia das Letras, quatro diálogos, que ocorreram na imprensa brasileira, acerca da crise da democracia e as controvérsias das escolas econômicas que regeram os últimos governos.

O livro, fruto de debates públicos entre os autores e pesquisadores ou políticos, conta com a participação do candidato à Presidência da República pelo PT em 2018, Fernando Haddad, e do ex-ministro da Educação do governo Dilma Rousseff, Renato Janine Ribeiro, expõe as diferenças entre desenvolvimentismo e liberalismo econômico, mostrando um exemplo de debate respeitoso em tempos de polarização.

Em entrevista exclusiva à *Rumos,* Samuel Pessôa destaca a importância dos debates como instrumentos de esclarecimento, de apresentação de pontos de vista distintos. Confira:

Rumos – O livro é uma proposta de diálogo com personagens de visões muitas vezes diversas às suas. Em um momento de tensionamento e radicalização do debate político, qual a importância de propor um momento diálogo, de ouvir o outro?

Samuel Pessôa – Primeiro, o exercício de ouvir, de ler e de conviver com quem pensa diferente de nós é muito interessante. O Marcos Lisboa e eu temos uma genuína curiosidade pelo diferente e o livro reflete esse exercício de diálogo com o outro. Uma segunda característica do debate que fizemos é o que tem por trás do exercício de conversar. A ideia de que ninguém convence ninguém, ou seja, o debate não é travado para ter um vitorioso, ele é um instrumento de esclarecimento. E, de fato, quando vivemos em uma sociedade democrática, é isso que se espera ver, visto que a democracia é em si um mecanismo eficiente de solução de conflitos.

Rumos – Qual o método aplicado para selecionar as questões e os autores que compõem o livro?

Pessôa – O livro foi feito *a posteriori*, o debate foi acontecendo publicamente, depois se percebeu a importância de ter esses pontos de vista consolidados, para um esclarecimento maior, para a leitura do público. Um dos debates interessantes foi com o sociólogo Celso Rocha de Barros, sobre o processo de construção da crise política, em relação ao papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Temos uma avaliação diferente da dele, e esse é um ponto importante, que leva à discussão sobre a dificuldade de reconher a natureza do governo Fernando Henrique Cardoso como a social-democracia possível em um país como o Brasil, sendo um governo de esquerda.

Rumos – Continuando nessa ideia de que o debate continua, vocês pensam em um volume dois, no seguinte sentido: o ambiente hoje está mais ou menos favorável ao diálogo?

Pessôa – Não pensamos em um volume dois, pois os debates terminaram. O volume é um acerto de contas com esse longo período em que houve essa disputa política entre os tucanos e os petistas. Nesse sentido, o livro focaliza esse momento, a natureza das divergências que ocorrem nesse período, que acabou com a eleição do governo atual. Então, nesse sentido, ele foi bem publicado, é quase um livro de história, pois perpassa um momento que já aconteceu.

André Telles

O valor das ideias: debate em tempos turbulentos
Marcos Lisboa e Samuel Pessôa
Cia. das Letras, 464 p., 2019.

Sustentabilidade: direito ao futuro
Juarez Freitas
Editora Fórum, 416 p., 2019.

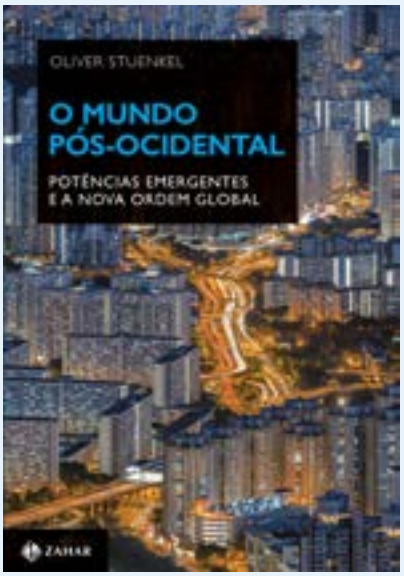
DIREITO E SUSTENTABILIDADE

Em nova edição de uma obra adotada em programas de graduação e pós-graduação em todo o país, o reconhecido jurista Juarez Freitas reflete sobre o tema decisivo da sustentabilidade. No livro, o autor salienta que a sustentabilidade é um princípio constitucional de caráter vinculante, que pode modificar inteiramente as compreensões sobre o Direito, em todas as áreas, com ênfase para o Direito Administrativo, o Direito Ambiental, o Direito Tributário e a Hermenêutica Constitucional.

Em diálogo com as pesquisas e reflexões recentes, inclusive sobre a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Freitas revela armadilhas psicológicas que atrasam a implementação de modos sustentáveis de produção, consumo e pós-consumo e ressalta o peso transversal dos princípios da prevenção, da precaução e da responsabilidade pelo ciclo de vida de bens e serviços.

Para o jurista, o Estado deve ter caráter sustentável, com políticas de longo prazo orientadas para o bem-estar de gerações presentes e futuras. Ao apontar a necessidade de transições no horizonte, como as relacionadas à economia digital e ao fim dos veículos a combustão, metas assumidas em países avançados, o livro agrega importantes *insights* e propostas de revisão de categorias jurídicas, éticas e políticas.

Pós Doutor em Direito pela Universidade Estatal de Milão e Mestre em Filosofia, Juarez Freitas é presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público.



O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global
Oliver Stuenkel
Zahar, 256 p., 2019.

POTÊNCIAS EMERGENTES

O professor e analista de relações internacionais Oliver Stuenkel busca, neste livro, responder uma importante questão contemporânea: qual o significado para o mundo da ascensão dos países emergentes, em especial a China, que têm desempenhado um papel cada vez mais decisivo nos assuntos internacionais? A conclusão é que a balança de poder global está se movendo.

A obra examina quais dinâmicas provavelmente moldarão a arena política mundial nas próximas décadas, apresentando mais de vinte iniciativas institucionais responsáveis por estabelecer uma ordem paralela: desde o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura e a Área de Livre Comércio Ásia-Pacífico até a Cúpula dos Líderes do Brics, o conjunto de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Para Stuenkel, a escalada das potências emergentes tem levado a um deslocamento de poder nos domínios econômico, político e militar. Com essa reconfiguração, o analista questiona: estamos rumando para um cenário caótico e perigoso no qual regras e normas não terão mais importância ou um possível fim da hegemonia ocidental tornará o mundo mais pacífico?

Recomendado pelos ex-ministros das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e da Índia, Shashi Tharoor, o livro é indicado para todos que buscam entender o futuro da política global.

EXPEDIENTE

Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A Salas 431 a 434
Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903
Telefone: (61) 2109.6500
E-mail: abde@abde.org.br

Escritório: Avenida Nilo Peçanha, 50 – 11º andar
Grupo 1109 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-906
Telefone: (21) 2109.6000
E-mail: gecom@abde.org.br

CONSELHO DOS ASSOCIADOS
Presidente: Joaquim Levy

DIRETORIA
Presidente: Perpétuo do Socorro Cajazeiras
1º Vice-Presidente: Sergio Gusmão Suchodolski
2ª Vice-Presidente: Ênio Mathias Ferreira
Diretores: Heraldo Alves das Neves, Jeanette Halmenschlager Lontra, Luiz Corrêa Noronha, Paulo de Oliveira Costa, Roberto Marucco, Rubens Rodrigues Filho e Valdecir Tose.

Secretário-Executivo: Marco Antonio A. de Araujo Lima

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AGEFEPE – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS
AGERIO – Agência Estadual de Fomento
AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESUL – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento
BANCO DA AMAZÔNIA – Banco da Amazônia S.A.
BANCO SICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará S.A.
BB – Banco do Brasil S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BNB – Banco do Nordeste S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRB – Banco de Brasília
CRESOL - Cresol Confederação
DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
DESENVOLVE – Agência de Fomento de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
DESENVOLVE RR – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP – Agência de Desenvolvimento Paulista
FINEP – Inovação e Pesquisa
FOMENTO PARANÁ – Agência de Fomento do Paraná S.A.
GOIÁSFOMENTO – Agência de Fomento de Goiás S.A.
PIAUÍ FOMENTO – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Rumos

Redação e Administração

Avenida Nilo Peçanha, 50, 11º andar
Grupo 1109

Rio de Janeiro RJ CEP: 20020-906
Telefone: (21) 2109.6041
E-mail: rumos@abde.org.br

Gerente de Comunicação & Editora
Thais Sena Schettino

Equipe
Jader Moraes, Noel JoaquimFaiad, Joyce Ponteiro (estagiária)

Revisão
Mariana e Renato R. Carvalho

Capa
Noel Joaquim Faiad

Impressão e CTP
J. Sholna Reproduções Gráficas

Distribuição
Powerlog Serviços e Manipulação

Publicação bimestral
ISSN 1415-4722

Ano 43 - nº 305 - Maio/Junho 2019
Tiragem: 5.000 exemplares

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ABDE. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.

Prêmio ABDE-BID

Edição 2019

CONFIRA OS RESULTADOS A PARTIR
DE 30 DE AGOSTO 2019

www.abde.org.br

ABDE
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE DESENVOLVIMENTO

BID
Banco Interamericano
de Desenvolvimento

OCB
Organização das
Cooperativas Brasileiras

Coopcerto Pré-Pago.

A solução para sua empresa, seus funcionários e sua região crescerem juntos.

Escolha a solução certa de cartões para facilitar a gestão de pagamentos com alimentação, gastos corporativos e ações de reconhecimento. Aproveite a taxa zero para os cartões Alimentação e Refeição!*

Contrate na sua cooperativa Sicoob ou pelo site coopcerto.com.br.

*Válida por tempo determinado. Consulte as regras vigentes.

Coopcerto. O único com os benefícios do cooperativismo.

Central de Atendimento | Regiões Metropolitanas: 4007-1253
Demais regiões: 0800 600 8253 | Ouvidoria: 0800 646 4001

COOP CERTO
CARTÕES PRÉ-PAGOS

SICOOB
faça parte